

Por Rafael Machado

***Possíveis demandas levadas por operadoras à Arthur Lira, em reunião sobre rescisões unilaterais de planos de saúde, dividem opiniões***

O acordo firmado por operadoras de planos de saúde e Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, em reunião em 28 de maio, para a suspensão das rescisões unilaterais de contratos de planos coletivos de beneficiários, assim como a manutenção daqueles que foram notificados e estão em tratamentos médicos, ficou rodeado de incertezas. Com informações desencontradas e sem um documento oficial sobre o conteúdo, há poucos dados sobre o que de fato foi tratado na reunião. No entanto, três temas foram ventilados como demandas das operadoras de planos de saúde, que poderiam colaborar com uma melhor sustentabilidade do setor.

A flexibilização das regras para os planos de saúde ambulatoriais, deixando-os apenas com consultas e exames e removendo a obrigatoriedade de cobrir internações em emergências, é o principal deles. Para absorver o mercado de cartões de benefícios, que não são regulados e são vendidos por clínicas e outras empresas, operadoras defendem historicamente que esse é um caminho viável para aumentar a receita, em meio à recuperação da [crise financeira](#) que afeta o setor. No entanto, divide opiniões de especialistas.

**[Leia aqui na íntegra.](#)**

**Fonte:** Futuro da Saúde, em 13.06.2024